

LUIZ FUX  
CARLOS EDUARDO FRAZÃO

# NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO ELEITORAL



Atualizado com a Lei nº 13.165/2015  
(Minireforma Eleitoral) e com o Novo  
Código de Processo Civil

**Autores**  
Luiz Fux  
Carlos Eduardo Frazão

## NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO ELEITORAL

**Área específica**  
Direito Eleitoral.

**Áreas afins**  
Direito Constitucional. Direito Eleitoral Processual.

**Público-alvo/consumidores**  
-

A presente obra contém algumas de nossas principais reflexões acadêmicas acerca da interpretação e aplicação dos institutos e categorias do Direito Eleitoral e do Processo Eleitoral revisitados à luz do marco teórico do neoconstitucionalismo.

Com efeito, a dogmática jurídico-eleitoral, não obstante o enorme avanço teórico dos últimos anos, ainda se revela profundamente assistemática, casuística e, principalmente, desconectada da novel axiologia plasmada na Lei Fundamental de 1988.

As premissas contidas em cada um dos artigos têm o propósito primevo de facilitar a vida dos juristas e operadores que se debruçam no estudo do Direito Eleitoral, mas também objetiva contribuir para essa releitura de institutos eleitorais tradicionais, como os princípios eleitorais, a desincompatibilização, a inelegibilidade, a prestação de contas, o processo eleitoral, adotando os cânones magnos encartados na Carta de 1988 e no Novo Código de Processo Civil como filtros hermenêuticos norteadores de sua aplicação concreta.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001041



## CAPÍTULO II

### O multiculturalismo como filtro hermenêutico dos institutos do Direito Eleitoral

MULTICULTURALISMO NO DIREITO ELEITORAL : O DIREITO À DIFERENÇA E AO RECONHECIMENTO COMO FILTROS INTERPRETATIVOS PARA A QUALIFICAÇÃO JURÍDICA DO CACIQUE DE ALDEIA INDÍGENA COMO AUTORIDADE POLÍTICA .....	87
I. Breve síntese da controvérsia.....	87
II. Delimitando a quaestio iuris: o cacique de aldeia indígena como autoridade para fins de incidência dos arts. 19 e 20 da LC nº 64/90 .....	89
III. A premissa teórica indispensável: o respeito à diferença e ao reconhecimento como imperativo do multiculturalismo – Necessidade de proteção à identidade cultural, tradições e costumes das comunidades não hegemônicas.....	90
IV. O respeito à diferença e a impossibilidade de se imputar, in concreto, a prática de abuso de poder de autoridade ao cacique ora Recorrido .....	97
V. Considerações finais .....	101

## CAPÍTULO III

### Princípios eleitorais

PRINCÍPIOS ELEITORAIS .....	105
I. Considerações iniciais: breve diferenciação entre princípios e regras .....	105
II. Princípio republicano .....	106
III. Princípio democrático .....	111
IV. A soberania popular .....	114
V. A liberdade de expressão .....	116
VI. A igualdade de chances (ou de oportunidades) .....	119
VII. Legitimidade e higidez do prélio eleitoral .....	120
VIII. A moralidade, a probidade e a ética eleitorais .....	121
IX. A (regra da) anualidade ou anterioridade eleitoral .....	123
X. Proporcionalidade .....	128
XI. Razoabilidade .....	131
XII. Minimalismo judicial .....	133
XIII. Princípio das capacidades institucionais .....	135
XIV. Considerações finais .....	137

## CAPÍTULO IV

### Estatuto das inelegibilidades

A INDISPENSABILIDADE DE COMPROVAÇÃO DA PRÁTICA DE ATOS DE GESTÃO OU DE GOVERNO DE EVENTUAL SUBSTITUTO NA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO PARA CARACTERIZAR A INCOMPATIBILIDADE PARA CONCORRER A CARGOS ELETIVOS .....	141
I. Delimitando a controvérsia: a substituição do chefe do Poder Executivo pelo Vice gera automaticamente sua incompatibilidade para concorrer ao cargo de Senadora da República? .....	141
II. Premissa Teórica: a distinção entre incompatibilidade e desincompatibilização e a necessidade da adoção de postura minimalista em controvérsias desse jaez .....	142
III. Conclusões .....	148
A competência para julgamento das contas de governo de gestão dos Prefeitos: o argumento das capacidades institucionais .....	149
I. Considerações iniciais: a inelegibilidade da alínea “g” .....	149
II. O argumento das capacidades institucionais .....	150
III. A tese central: por que as Cortes de Contas detêm expertise para o julgamento das Contas de Prefeitos quando atuarem como ordenadores de despesas? .....	154
IV. Considerações finais: o debate no RE nº 848.826 (rel. Min. Luís Roberto Barroso) .....	158
O prazo de quarentena ou de “respiro” dos Procuradores da Fazenda Nacional como período caracterizador	

do afastamento de fato para fins de desincompatibilização .....	161
I. Delimitando a controvérsia: o período de “respiro” pode ser contabilizado como período de afastamento, de fato ou de direito, para fins de desincompatibilização do PFN para concorrer a cargos político-eletivos? .....	161
II. A premissa teórica indispensável: a teleologia subjacente ao instituto da desincompatibilização .....	162
III. O caso sub examine .....	163
IV. Conclusões .....	167
A recomposição da chapa majoritária nos casos de renúncia do Vice à candidatura: a necessidade de salvaguardar o exercício do direito subjetivo fundamental ao ius honorum do titular .....	169
I. Delimitando a controvérsia .....	169
II. Premissas Teóricas .....	170
III. O caso sub examine .....	173
IV. Conclusões .....	178
Revisitando o art. 22, XIV, da LC nº 64/90: a inconsistência teórica da dicotomia entre inelegibilidades como efeitos secundários (art. 1º, inciso I) e como sanção (art. 22, XIV) e a discussão no RE nº 929.670/DF .....	179
I. Notas preliminares .....	179
II. A doutrina tradicional do art. 22, XIV: hipótese de inelegibilidade-sanção e principais fundamentos ...	181
III. Releitura da natureza jurídica da inelegibilidade do art. 22, XIV: a existência de um único regime jurídico .....	183
III.1. A falsa distinção com o art. 1º, I, “d”, da LC nº 64/90 e a leitura adequada do art. 22, XIV: mera reprodução do rito procedimental da AIJE da inelegibilidade encartada na alínea “d” .....	183
III.2. O julgamento do Supremo Tribunal Federal nas ADCs nº 29 e 30 e seus reflexos na interpretação do regime jurídico das inelegibilidades: ausência de inelegibilidade-sanção .....	188
III.3. A discussão posta no RE nº 929.670/DF, rel. Min. Ricardo Lewandowski .....	191
IV. Considerações finais .....	193
A aplicabilidade da Lei da Ficha Limpa a candidatos condenados em Ação de Investigação Judicial Eleitoral transitada em julgado .....	195
I. Delimitando a controvérsia .....	195
II. Premissas Teóricas: correto enquadramento da quaestio iuris e a ausência de ultraje às garantias constitucionais fundamentais da irretroatividade das leis e da coisa julgada (CRFB/88, art. 5º, XXXVI) .....	196
III. O caso concreto: a (correta) exegese do art. 1º, inciso I, “d”, da LC nº 64/90: hipótese de inelegibilidade que alberga em seu âmbito de incidência aqueles que não tenham se candidatado ou sido diplomados no pleito em que ocorre o ilícito .....	205
IV. Conclusões .....	210
A inelegibilidade da alínea “k”: a renúncia do parlamentar submetido a processo que possa ensejar a cassação e a ulterior absolvição penal pela conduta imputada .....	211
I. Delimitando a controvérsia .....	211
II. A indispensável análise do contexto fático subjacente à controvérsia .....	211
III. Premissas teóricas .....	212
IV. Conclusões .....	219
A extensão da cognição realizada pela Justiça Eleitoral em Impugnação de Registro de Candidatura: possibilidade de exame dos requisitos da alínea “I” ainda que não assentados expressamente no aresto condenatório da Justiça Comum .....	221
I. Delimitando a controvérsia .....	221
II. O caso sub examine .....	222
III. Conclusão .....	229
Vulneração dos mecanismos de controle como configurador de ato doloso de improbidade administrativa ....	231
I. Delimitando a controvérsia .....	231
II. O deslinde do caso concreto .....	231
III. Conclusão .....	237
Conhecimento das circunstâncias supervenientes ao registro de candidatura que afastem a inelegibilidade (Lei das Eleições, art. 11, §10) .....	239
I. Delimitando a controvérsia .....	239
II. Premissas Teóricas .....	240
III. O caso sub examine .....	242

IV. Conclusão .....	243
A inconstitucionalidade da parte final do art. 11, §10, da Lei das Eleições .....	245
I. Delimitando a controvérsia .....	245
II. Premissas Teóricas .....	245
III. O caso sub examine .....	251
IV. Conclusão .....	253
Problematizando o art. 26-C, caput, e o §2º, da LC nº 64/90: análises descritiva e prescritiva da atual jurisprudência do TSE .....	255
I. Delimitando a controvérsia: o caso concreto .....	255
II. A jurisprudência atual do Tribunal Superior Eleitoral acerca do art. 26-C, caput, e do §2º, da LC nº 64/90: uma análise descritiva .....	256
II.1. A teleologia subjacente ao art. 26-C .....	256
II.2. A jurisprudência atual do Tribunal Superior Eleitoral sobre o art. 26-C, caput, e o §2º .....	258
III. A análise prescritiva: a interpretação adequada do art. 26-C, caput, e do §2º .....	260
IV. Considerações finais: por que devemos repensar a interpretação atual do art. 26-C, §2º, da LC nº 64/90? ...	265
O prazo de desincompatibilização de servidores que ocupem cargo de direção no Poder Legislativo Estadual, com atribuição de ordenamento de despesas .....	267
I. Delimitando a controvérsia .....	267
II. Premissa Teórica .....	268
III. Conclusão .....	271

## CAPÍTULO V

### Liberdade de expressão e Direito Eleitoral

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SUA POSIÇÃO PREFERENCIAL (PREFERRE D POSITION) NO DIREITO ELEITORAL : A DIVULGAÇÃO DE ATOS PARLAMENTARES COMO EXCLUDENTE DE TIPICIDADE DE PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR .....	275
I. Delimitação da controvérsia .....	275
II. Premissas Teóricas .....	275
III. O caso sub examine .....	278
IV. Conclusão .....	280

## CAPÍTULO VI

### Prestação de contas

A AUTONOMIA DA ANÁLISE DE CONTAS DE CAMPANHA E DE CONTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS: IMPOSSIBILIDADE DE CONTAMINAÇÃO AUTOMÁTICA E A VEDAÇÃO À RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM MATÉRIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS .....	283
I. Delimitando a controvérsia .....	283
II. Premissas Teóricas. O instituto da prestação de contas: substratos teóricos, teleologia subjacente e a sua entralidade no processo eleitoral .....	283
III. O caso sub examine .....	288
III.1. Da impossibilidade de contaminação automática das contas dos candidatos em decorrência da desaprovação das contas da agremiação por auferir recursos de fonte vedada .....	288
III.2. Da aplicação dos postulados da proporcionalidade e da razoabilidade .....	293
IV. Conclusão .....	296

## CAPÍTULO VII

### Direito processual eleitoral

REUNIÃO DE PROCESSOS NO DIREITO ELEITORAL QUANDO VEICULEM OS MESMOS FATOS: A PROEMINÊNCIA CONSTITUCIONAL DA AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (AIME) .....	299
I. Breve relato da controvérsia .....	299

II. Delimitando a controvérsia: a definição do Ministro Relator competente como pressuposto lógico para o regular andamento do feito .....	300
III. A Premissa Teórica indispensável .....	305
III.1. A ação de impugnação de mandato eletivo (AIME) como instrumento processual jusfundamental e sua posição preferencial no processo eleitoral .....	305
III.2. A necessidade de racionalização dos processos eleitorais: concentração na ação de impugnação de mandato eletivo dos feitos que guardem similitude fática .....	309
IV. Conclusão: o mérito do agravo regimental .....	312
Termo a quem para o surgimento de inelegibilidades infraconstitucionais supervenientes a lastrear o cabimento de Recurso contra a Expedição do Diploma (RCED) .....	313
I. Delimitando a controvérsia .....	313
II. Premissas Teóricas .....	314
III. Conclusão .....	317
A qualificação jurídica do provimento judicial liminar como causa de rescindibilidade (documento novo) para fins de ajuizamento da ação rescisória .....	319
I. Delimitando a controvérsia .....	319
II. Premissa Teórica: o provimento judicial liminar como documento novo apto a autorizar o manejo da ação rescisória, ex vi do art. 485, VII, do CPC (NCPC, art. 966, VII) .....	320
III. Do caso sub examine: a ausência de restrição ao ius honorum em virtude da suspensão das decisões da Corte de Contas da União .....	326
IV. Conclusão: o acolhimento parcial da pretensão deduzida, para apenas e tão somente, afastar a inelegibilidade da alínea “g” .....	331
Possibilidade de adentrar no mérito do recurso especial eleitoral em sede de agravo nos próprios autos ...	335

## CAPÍTULO VIII

### Aspectos controvertidos da minirreforma eleitoral

A INAPLICABILIDADE DO ART . 224, §4º, DO CÓDIGO ELEITORAL , A ELEIÇÕES PARA O PODER EXECUTIVO .....	341
I. Considerações iniciais: a inclusão do art. 224, §4º, do Código Eleitoral pela Lei nº 13.165/2015 (Minirreforma Eleitoral) .....	341
II. O art. 224 do Código Eleitoral: análises descritiva e crítica da interpretação conferida pelo Tribunal Superior Eleitoral .....	342
III. A tese central: por que o §4º do art. 224 do Código Eleitoral não se aplica a eleições para a chefia do Poder Executivo? .....	347
III.1. A incompatibilidade do art. 224, §4º, do CE, com a disciplina do art. 81, caput, e §1º, da Constituição de 1988 .....	348
III.2. A inaplicabilidade do art. 224, §4º, do CE, para disciplinar a dupla vacância na chefia do Poder Executivo de Estados, Distrito Federal e Municípios .....	352
IV. Considerações finais: ainda há campo de aplicação para o §4º? .....	355
A impossibilidade de aplicação do novo regime jurídico sancionatório aos processos de prestação de contas em curso .....	357

## CAPÍTULO IX

### Direito administrativo eleitoral

OS NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO COMO VETORES INTERPRETATIVOS DOS TRADICIONAIS INSTITUTOS .....	363
I. Delimitando a controvérsia .....	363
II. Premissas Teóricas .....	364
III. Conclusão .....	370
Extrapolação do Poder Normativo dos Tribunais Regionais Eleitorais : o caso da Portaria COFPE Nº 01/2014 DO TRE/DF. Normas restritivas à veiculação de propaganda política por meio de objetos não fixos....	371